

DISTÚRBO DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO EDUCACIONAL

DÉBORA MIRIAM DA SILVA VIEIRA
SIDERLY DO CARMO DAHLE DE ALMEIDA

RESUMO

Este trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica em busca de tornar visível as dificuldades que os alunos com distúrbio de aprendizagem, muitas vezes são chamados de preguiçosos, sofrem comparações constantes e insultos que podem leva-los ao fracasso escolar. Para isso, faz-se uma análise entre o que é dificuldade na aprendizagem e o que é distúrbio de aprendizagem, ficando claro que a dificuldade pode ser resolvida dentro da escola através de meios pedagógicos, já o distúrbio precisa de uma equipe multidisciplinar para atender a criança. há diversos tipos de transtornos, entre eles pode ser observado a dislexia, disgrafia, discalculia, Dislalia, Disortografia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Dessa forma, quanto mais cedo for feito o diagnóstico mais eficaz será o tratamento. Outra linha de pesquisa refletida no presente trabalho é a inclusão, tema esse que soa muito lindo na teoria, porém muitas vezes na prática precisa de reparos, não basta apenas incluir, mas também oferecer subsídios para que de fato aconteça a inclusão. Para embasar o tema, aborda-se uma reflexão histórica pontuando a trajetória da Educação Especial e seus avanços adquiridos com o tempo. Verifica-se que a inclusão ocorreu após vários documentos internacionais (alguns citados no trabalho), declarações e Leis que fizeram valer a inclusão no ensino regular de forma gratuita e obrigatória. O trabalho também pontua sobre o papel do professor e da escola para que os alunos inclusos se sintam acolhido, respeitado e amado.

PALAVRAS-CHAVE: linguagem; escrita; integração.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar em sua pesquisa aspectos importantes que retrata o estudante que apresenta distúrbio na aprendizagem através da problematização de como ocorre o distúrbio de aprendizagem, dessa forma, é preciso buscar por linhas de pesquisas que trazem uma base para essa questão. Outra faceta desse trabalho é procurar analisar sobre a inclusão escolar e suas diversidades. Ao escolher esse tema, foi levado em consideração, que muitas vezes

os educadores ao se depararem com alunos com dificuldades em aprender ou até mesmo com a inclusão, não sabem lidar com a situação e isso gera transtornos e conflitos para a criança que poderá carregar para o resto da vida. Se o professor como pesquisador procurar por caminhos que levem ao conhecimento, poderá fazer um trabalho significativo na vida do aluno.

A metodologia é de cunho bibliográfico, pois, se fundamenta nas obras de educadores que pesquisaram sobre o assunto e trouxeram suas contribuições para o conteúdo abordado, como França (2019), Garcia (2017), Pereira (2017), dentre outros, como sites governamentais que confere as Leis brasileiras que protegem e valorizam as pessoas com deficiência. Dessa forma enriquece o trabalho de quem vai seguir a mesma linha de pesquisa, dando rumo a um novo trabalho.

O artigo está subdividido em três tópicos. O primeiro recorre a história da educação especial, o segundo distúrbio na aprendizagem e o terceiro relata sobre a inclusão escolar. Não dá para falar de distúrbios de aprendizagens e inclusão, deixando de lado a luta, perseguições e vitórias adquiridas com o tempo. Dessa forma, o primeiro tópico traz um pouco da história e trajetória da Educação Especial durante séculos até chegar nos tempos atuais, onde há leis e regulamentações que asseguram o direito a pessoas com deficiências. Observa no tópico Distúrbio de aprendizagem relata sobre a diferença da dificuldade na aprendizagem e o distúrbio de aprendizagem, considerando a pesquisa realizada em torno dessa aquisição, os distúrbios são dificuldades que não são resolvidas com métodos pedagógicos como no caso da dificuldade na aprendizagem, precisa de um olhar mais intenso através de equipes multidisciplinar.

No tópico sobre a inclusão será estudado sobre alguns documentos, declarações e leis que refletem a valorização da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, isto promove a interação e socialização entre todos os alunos em sala de aula. Mas para que de fato ocorra a inclusão toda a equipe escolar deve estar preparada para receber os alunos inclusos. A escola precisa ampliar seus recursos desde rampas, materiais pedagógicos para todos os tipos de deficiências etc., bem como os educadores se preparem através da formação continuadas e pesquisas para aperfeiçoar suas aulas.

A temática desse trabalho foi escolhida devido o tema ser abrangente na atualidade, a dificuldade na aprendizagem tem aumentado muito nas salas de aula,

aí surgem os questionamentos a respeito da família onde a criança está inserida, da escola e sobre a metodologia do professor em sala de aula. Além da dificuldade na aprendizagem há um tema muito discutido entre os educadores, a respeito da inclusão dos alunos com problema na aprendizagem e alunos com deficiência, dessa maneira surgiu a intenção de buscar respostas para tais questionamentos e assim procurar da melhor maneira possível contribuir para que esses problemas não prejudiquem mais ainda o desenvolvimento do aluno através de soluções para a problemática do presente trabalho.

2 DISTÚRBIO DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO EDUCACIONAL

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Garcia (2017) faz um relato sobre o percurso que as pessoas com deficiência sofreram desde a antiguidade até meados do século XIX, a autora recorre a um resgate histórico começando pelo Egito, Roma e Grécia, fazendo uma análise de como eram tratados com o passar dos séculos, como cada sociedade se posicionou ao tratamento social das pessoas com deficiência. Diante dessa situação, o Egito entendia que as pessoas com deficiências eram possuídas por espíritos ruins, porém pessoas pertencentes a nobreza recebiam tratamentos privilegiados, enquanto quem pertencia a classe pobre muitas vezes acabavam por circenses, sendo exploradas e humilhadas, quando não, se tornavam cobaias para o treinamento de cirurgias e fonte de pesquisa dos sacerdotes.

“Para os gregos os deficientes não tinham nada a contribuir com a sociedade, pelo contrário, estavam contrapondo seus ideais, sem mencionar que eram consideradas subumanas, ou seja, uma pessoa que está à baixa da vida humana” (CORRENT, 2020, p.1). A Grécia antiga valorizava o corpo físico perfeito e escultural, se uma pessoa, principalmente seus guerreiros tivesse alguma deficiência eram eliminados diante da sociedade, abandonados a sorte. Os romanos, articulavam suas leis aos bebês recém nascidos, porém a eles ficavam a incumbência de garantir ou não garantir os direitos, ficando o não garantir aos bebês que nasciam com anormalidades ou os que nasciam antes do tempo previsto, sendo considerados

fracos vitalmente. “[...] muitas destas crianças eram levadas por escravos para praticarem mendicância posteriormente uma ocupação rendosa”. (GARCIA, 2017 apud SCHEWINSKY, 2004, p.1). Essa realidade enfatizava os acontecimentos com as crianças recém chegadas ao mundo, quando não levadas por escravos, eram abandonas em locais considerados sagrados pelos romanos.

De acordo com Aranha (1995) Diante do advento do cristianismo, todos passam a serem considerados filhos de Deus, inspirando a lei de Constantino em 315 d.C., que protegiam a quem tivesse qualquer tipo de deficiência. Durante a idade média houve a exclusão pela igreja católica e do Estado, as pessoas com deficiência eram vistas como possuídas por demônios e outros termos utilizado na época, iniciando assim a perseguição contra as pessoas com deficiência.

Belther (2017) ressalta que a partir do século XII, o homem passa a ser considerado criatura de Deus, dessa maneira passa-se a considerar a hipótese de extermínio de pessoas com deficiência. Porém ainda nesse período, pessoas com deficiência ou com epilepsia eram consideradas pessoas castigadas por Deus ou que eram possuídas por demônios. Já as pessoas cegas eram consideradas seres divinos, com poderes sobrenaturais com o dom de visão. Havia também pessoas com deformidades físicas que eram expostas para o entretenimento público ou para satisfazer curiosidades de pessoas de classes mais elevadas. No século XVI se iniciou o período da segregação, nessa época houve um olhar diferenciado as pessoas com deficiência, como sinal de proteção foi concretizado a abertura de casas (asilos e abrigo) que assistiam as pessoas com deficiência.

Com a revolução francesa, a igreja católica perde sua força, dando espaço para a industrialização e ascensão capitalista. Dessa as ciências naturais também ganham espaço, os dogmas já não suficientes para o homem moderno, a medicina ganha destaque na ciência da natureza e reconhece a deficiência como causas naturais. Nos meados dos séculos XVIII e XIX surgem instituições educacionais para atender pessoas com deficiências, a princípio, a ideia central era para preparar essas pessoas para trabalharem nas indústrias.

De acordo com a história da educação especial no mundo, diz -se que sua origem se deu no século XVI, quando os médicos e educadores, discordando dos conceitos vigentes nessa época, passaram a se esforçar para educar as pessoas com deficiências.

Um exemplo que teve destaque nessa época é o monge espanhol beneditino Pedro Ponce de León (1520 – 1584), que ficou conhecido como primeiro educador de surdos da história, dedicando grande parte de sua vida aos surdos, filhos de nobres. (Belther, 2017, p. 22).

O marco do processo histórico no Brasil está ligado as vertentes medico-pedagógica, onde o atendimento institucional está centralizado no médico, tanto nos diagnósticos como nas práticas designadas escolares das pessoas com deficiências. A vertente psicopedagógica também institucional, detém o médico no atendimento, porém está centralizado no psicólogo. As instituições que surgiram atendiam apenas os casos considerados mais graves. Em 1973, surge a integração em busca de integrar os alunos com deficiência na escola, dezessete anos passados, em 1990 a inclusão substitui a integração. Dessa forma a Educação Inclusiva busca pela participação de todos estudantes dentro do âmbito educacional.

2.2 DISTÚRBO NA APRENDIZAGEM

De acordo com Pereira (2017) o estudo sobre os termos dificuldades na aprendizagem se iniciou a partir de estudos em pessoas que sofreram acidentes cerebrais vasculares, principalmente pessoas acidentadas na guerra, essas pessoas após aos acidentes demonstravam distúrbios na aprendizagem, por isso se tornaram instrumentos para pesquisa. Quando esse estudo estava em avanço, a principal preocupação era a busca pelo reconhecimento dos governantes, muitos pais se preocupavam ao ver que seus filhos apresentavam dificuldades na fala e na escrita, como também em Matemática, fazendo com que as pesquisas buscassem focar nos diagnósticos e intervenções, dessa forma foram criadas ferramentas com técnicas para a avaliação e a busca por diagnóstico. Samuel Kirk em 1963 conferenciou o Behavioral Diagnosis and Remediation of Learning Disabilities, nessa conferência ele demonstrou que não se devia, dar títulos as crianças que apresentavam dificuldades na aprendizagem. Atualmente observam-se três conceitos que apresentam o termo de dificuldades na aprendizagem, sendo eles: deficiência, distúrbio e discrepância.

No Dicionário da Língua Portuguesa a palavra dificuldades denota “uma particularidade daquilo que não é fácil; atributo do que é difícil, trabalhoso, árduo; o

que impede a realização de alguma coisa; aquilo que atrapalha o desenvolvimento de algo; o que não se entende com facilidade”. Conclui-se assim, que a dificuldade se encontra naquilo que não conseguimos de imediato. (Pereira, 2017, p.17).

Observa-se, na sala de aula alunos com dificuldades em absorver o conteúdo, sua capacidade de guardar o que o professor está ensinando é limitada e muitas vezes o próprio aluno se sente excluído, ao ver que os outros alunos estão se desenvolvendo, isso, muitas vezes cria frustração na criança que podem leva-la ao fracasso escolar. Dessa forma, tanto a escola, como a família deve procurar ajudar esse aluno da melhor forma possível.

Conforme aponta França (2019) Há dois termos que se alienam a falta de aprendizagem: Dificuldades na aprendizagem e Distúrbio de Aprendizagem. A dificuldade de aprendizagem envolve vários aspectos, como o ambiente da sala de aula, o conteúdo da forma como é ministrado, a realidade em que o aluno vive, não estimula o interesse em aprender, nesse caso, a escola como um todo, pode ajudar o desenvolvimento cognitivo do educando.

O Distúrbio de Aprendizagem, traz mais impactos a vida do estudante, tanto a escola, como a família precisa de ajuda de profissionais em áreas específicas para melhores resultados. “Os distúrbios de aprendizagem estão relacionados a problemas que não decorrem de causas educativas”. (FRANÇA, 2019, p.1). Ao observar que o aluno não desenvolveu através de abordagens pedagógicas é preciso buscar a causa através de maneiras específicas, há diversos tipos de transtornos, entre eles pode ser observado a dislexia, disgrafia, discalculia, Dislalia, Disortografia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Para Streisk; Gracino (2019) a criança pode apresentar distúrbio de aprendizagem na linguagem oral como na escrita. Na linguagem oral pode haver problemas auditivos que de certa forma intervém a linguagem através da fala, já na escrita pode ser problemas de visão ou problemas vindo do sistema nervoso dificultando a assimilação das letras.

O distúrbio apresentado em termos de linguagem é a dislexia que causa dificuldades na codificação e decodificação das palavras, a pessoas com dislexia observa as palavras como se elas dançassem, é como no filme: Como estrelas na terra, o garoto apresenta dislexia, mas até a família descobrir o menino passa por muitos momentos difíceis em sua vida, tachado como preguiçoso, não inteligente, até

passar ao olhar de um professor que muda sua história, isso acontece na realidade com muitos alunos, que precisam de um olhar pedagógico para perceber suas limitações e dificuldades. De acordo com Streisk e Gracino

De acordo com o DSM – 5 (APA, 2014), a dislexia é um transtorno específico da linguagem que afeta a habilidade de leitura, abrangendo seus aspectos de fluência, velocidade e compreensão. Com isso, todas as habilidades acadêmicas ficam comprometidas, considerando – se que a leitura é essencial para as demais aprendizagens. (STREISK; GRACINO, 2019, p.74)

A criança disléxica sofre muitas comparações entre irmãos ou colegas de sala e isto muitas vezes leva o aluno a problemas que envolvem o seu emocional que atinge sua autoestima. A dislexia faz parte da vida de uma pessoa em toda a sua vida, podendo fazer tratamento com uma equipe de especialista, como fonoaudiólogo, psicopedagogo, pedagogo, psicólogo dentre outros. Além da dislexia existem os distúrbios que se caracteriza na dificuldade em escrever e na composição em escrever textos, conhecido como disortografia. A disgrafia faz com que a pessoas tenha dificuldade em realizar a escrita com qualidade, com letras ilegíveis e com palavras disforme. Outro distúrbio conhecido nas escolas é discalculia, ela afeta a habilidade de resolver os cálculos e operações mais simples da matemática, isto prejudica o cotidiano de uma pessoa, já que a matemática está presente em todas as áreas da vida do ser humano. A discalculia está subdividida em discalculia verbal; discalculia léxica; discalculia gráfica; discalculia practognóstica; discalculia ideognóstica; discalculia operacional.

De acordo com França (2019) quando o professor observa que seu aluno apresenta sinais de distúrbio de aprendizagem, deve passar para a gestão escolar e essa por sua vez irá encaminhar a criança para uma equipe especializada que fará uma avaliação, a equipe pode ser composta por médicos, neurologista, fonoaudiólogos, psicopedagogo, psicólogo, etc.,. Dessa forma, a criança poderá receber o tratamento necessário e atividade pedagógicas relacionada as suas limitações, levando em conta que a inclusão é o melhor caminho para o seu desenvolvimento cognitivo.

“Também é papel da instituição promover maior integração do aluno com o restante da comunidade escolar”. (FRANÇA, 2019, p.1). Dessa forma, a escola deve se encarregar de preservar e cuidar da estadia da criança durante as aulas, cuidando

que não haja isolamento social, promovendo meios de interação e aproximando as famílias para se integrar ao grupo escolar.

2.3 INCLUSÃO ESCOLAR

Conforme Garcia (2017), alguns documentos foram importantes, por meio de políticas públicas na inclusão do ensino regular, dessa forma fica claro que o governo pode estabelecer em suas políticas melhorias no âmbito educacional. O Brasil se espelhou em documentos de outros países para incorporar com mais exatidão dentro de suas normas e condutas. Entre os documentos internacionais encontra-se a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes aprovada em 1975 pelas Nações Unidas, essa declaração refletia o respeito à inclusão e a acessibilidade, direitos de igualdades, dentre outros benefícios. A Declaração de Salamanca foi elaborada na cidade Salamanca, localizada na Espanha, ela foi muito importante nesse processo histórico, pois foi através dela que surgiu a inclusão.

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,

- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994, p.1).

Observa-se que a Declaração de Salamanca, deixa bem claro que toda a criança merece a oportunidade de frequentar a escola e que são capazes de aprender, não importa suas limitações e sim o meio em que vão aprender, a maneira de como os componentes curriculares irão chegar até ela, deixando de lado a discriminação social e potencializando a aprendizagem eficaz e funcional a todos os estudantes.

Declaração Internacional de Montreal, compilada em junho de 2001, em Montreal, no país do Canadá, declara que haja um único desenho de inclusão, beneficiando capital e cultural.

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável. (DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO, 2001, p.1).

Além de documentos e declarações que estabelecem a inclusão como direito das pessoas com deficiência, há também leis que norteiam a educação especial e determinam que a inclusão deve ser respeitada e valorizada. Desde a Constituição Federal de 1988, as leis vêm se aperfeiçoando para que todas as crianças com tenham um ensino de qualidade. No artigo 208 da Constituição federal confere: "(...)
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;" (CONSTITUIÇÃO FEDERAL - Dispositivos referentes à pessoa com deficiência, 1988).

A Lei nº 7.853/1989 direciona a o direito ao sujeito se integrar socialmente, de maneira que tenham em garantia alguns benefícios fundamentais para sua vida, no artigo 2 e inciso I, adverte sobre a educação:

(...) a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; (BRASIL, 1989, p.1).

Dessa forma, fica entendido que a inclusão deve acontecer em todas as faixas etárias, respeitando a capacidade de aprendizagem do aluno, de forma obrigatória e

gratuita no ensino público, garantidos todos os direitos necessários conferidos aos demais alunos, desde materiais escolares, a merenda e as bolsas de estudos para a progressão dos estudos.

Não poderia deixar de falar na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), considerada a lei maior regente da educação brasileira, também contribuiu grandemente para que a inclusão aconteça com maiores impactos nas instituições escolares, garantindo total acesso de alunos com deficiência no ensino regular, no artigo 59 confere que a inclusão aconteça com:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
 - II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
 - III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
 - IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
 - V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- (BRASIL, LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 1996).

Dessa maneira, a escola deve preparar seus métodos de ensino através do currículo repensando em introduzir na sala de aula conteúdos que integrem o aluno com deficiência a aprendizagem significativa, pois inclusão não é apenas incluir um aluno, é dar assistências em suas dificuldades procurando meios para que possa participar da aula como todos os outros alunos. A escola ainda tem a função de oferecer aos alunos que não conseguiram avançar nos estudos por conta da deficiência, meios para a progressão dos estudos.

A inclusão não acontece na escola como a teoria dita, há dificuldades em várias áreas educacionais, pode se dizer que uma delas é o fato de muitos professores não estarem preparados para atender os alunos inclusos na sala de aula, sua metodologia e planejamento não inclui o aluno que é deixado de lado e não desenvolve na aprendizagem. “Diante disso, é importante a elaboração de um planejamento flexível

que venha atender as capacidades e necessidades específicas dos alunos”. (GARCIA, 2017, p.19).

Atualmente há muitos cursos de extensão e pós graduação voltado a preparação do educador na área de educação especial. O professor que opta pela formação continuada com certeza faz a diferença na vida do aluno com deficiência e desenvolver um ótimo trabalho na sala de aula, contribuindo para a aprendizagem do aluno com deficiência. A escola também deve oferecer um ambiente agradável e acessível para todos, dar subsídios ao educar através de recursos didáticos e materiais pedagógicos de acordo com as necessidades de cada aluno incluso e ainda estimular a participação de toda a comunidade pertencente a escola a fazer que todos os alunos inclusos se sintam acolhido, respeitado e amado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que o distúrbio de aprendizagem ocorre durante o desenvolvimento cognitivo do aluno, no processo de alfabetização, isso é, quando é introduzido o conceito de letras e números, fica claro que o distúrbio pode ocorrer de diversas formas, na linguagem oral, que dificulta a leitura, na escrita, tanto em termos de dislexia, desortografia e disgrafia, que causam dificuldades na hora de identificar ocorrendo as trocas entre as letras, na falta de noção espacial das linhas do caderno, bem como letras elegíveis. Entre esses três distúrbios o mais conhecido é a dislexia que causa dificuldades na codificação e decodificação das palavras. Ao perceber o aluno que apresenta distúrbio na aprendizagem a escola encaminha para a equipe especializada, pois, só pode dar um diagnóstico um profissional especializado como médicos, neurologista, fonoaudiólogos, psicopedagogo, psicólogo, etc.,

A inclusão não ampara somente o aluno com deficiência como também os que apresentam alguns dos distúrbios citados acima, dessa forma a inclusão acontece a caráter interativo e funcional, trazendo para a sala de aula o respeito a diversidade e fazendo que os alunos cresçam se colocando no lugar do outro, valorizando cada pessoa como ela é. Para que as aulas ocorram de maneira prazerosa e pedagógica é importante que o educador busquem orientações através de um psicopedagogo que poderá conduzi-lo da melhor maneira ao sucesso educacional, desenvolvendo a autonomia e aprendizagem dentro do limite e capacidade de cada incluso.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Sales Fábio. **Integração Social do deficiente: análise conceitual e metodológica.** Disponível em: pepsc.bvalud.org/scielo. Php. Acesso: 16/06/2020

Belther, Josilda Maria. **Educação Especial.** São Paulo: Pearson education do Brasil, 2017. ISBN 978 – 85-430-2414-1.

CAMARA, Susana Aparecida dos Santos. **Psicologia da Aprendizagem.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

BRASIL. **Lei nº 7.853/1989.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 29/06/20.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso: 29/06/20.

CORRENT, Nikolas. **DA ANTIGUIDADE A CONTEMPORANEIDADE: A DEFICIÊNCIA E SUAS CONCEPÇÕES.** Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/nikolas_corrent_educacao_especial.pdf. Acesso: 19/06/20.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - Dispositivos referentes à pessoa com deficiência, 1988. Disponível em: <http://www.pcd.mppr.mp.br/pagina-253.html>. Acesso: 29/06/20.

Declaração de Salamanca. 1994. Portal MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso: 29/06/20

FRANÇA, Luísa França. **O QUE É DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E COMO CONTORNÁ-LA?** Disponível em: <https://www.somospar.com.br/dificuldade-de-aprendizagem/>. Acessado no dia: 25/06/20.

GARCIA, Raquel de Araújo Bomfim. **A COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO HISTÓRICO.** Educação Inclusiva na Sociedade Contemporânea. Raquel de Araújo Bomfim Garcia. Maringá-Pr.: UniCesumar, 2017.

FOGAÇA. Jennifer. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/educacao-inclusiva.htm>. Acesso: 29/06/20.

STREISK, Elizabeth Regina; GRACINO, Eliza Ribas. **Dificuldades e Distúrbios de aprendizagens.** [Livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019. (Série panorama da Psicopedagogia).